



Espaço Alternativo

COMUNICAÇÃO POPULAR, COMUNITÁRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS – RELAÇÕES ENTRE OS CONCEITOS A PARTIR DA HISTORICIDADE DO BAIRRO DA TERRA FIRME, EM BELÉM (PA)¹

Luciana Gouvêa da Cunha²

RESUMO: O artigo se propõe a analisar a Comunicação Popular a partir de reflexões de sentidos políticos e simbólicos. No artigo “Um pouco do que já foi dito sobre Comunicação Popular e Comunitária”, de Claudia Gianotti (2016), há a defesa de que a ideia de Comunicação Popular reforça a ligação do processo comunicativo realizado por atores locais ao seu histórico de mobilizações sociais. A partir das obras de Baitello Jr. (1997), Paiva (2003;2007;2014), Downing (2004), Alves (2010) e Gianotti (2016), o nosso intuito é demonstrar como esta questão se manifesta e é ressignificada a partir da experiência sócio-histórica de movimentos sociais e coletivo de comunicação atuantes no bairro da Terra Firme, na periferia de Belém (PA).

PALAVRAS-CHAVE: *Comunicação Popular. Comunidade. Direitos Humanos. Movimentos Sociais.*

ABSTRACT: The article proposes to analyze the Popular Communication from reflections of political and symbolic meanings. In the article "A little bit of what has already been said about Communitarian and Community Communication", from Claudia Gianotti, there is the defense that the idea of Popular Communication reinforces the connection of the communicative process carried out by local actors with its history of social mobilizations. From the works of Baitello Jr. (1997), Paiva (2003, 2007, 2014), Downing (2004), Alves (2010) and Gianotti (2016), our aim is to demonstrate how this issue is manifested and From the socio-historical experience of social movements and communication collective working in the neighborhood of Terra Firme, on the outskirts of Belém (PA).

KEYWORDS: *Popular Communication. Community. Human rights. Social movements.*

¹ Este artigo é parte integrante da dissertação “A Comunicação Popular do Tela Firme: A comunicação como produção de vínculo no bairro da Terra Firme em Belém (PA)” (título provisório), da pesquisadora.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Comunicação da Universidade Paulista (PPGCOM-UNIP), com a orientação do Prof. Dr. Jorge Miklos. Integrante do Grupo de Pesquisa Mídia e Estudos do Imaginário, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Jornalista. Contato: lucigouveiac@gmail.com.

Introdução

“Nuestra arma es nuestra palabra”

Subcomandante Marcos, EZLN

A frase que dá nome ao livro de crônicas do personagem revolucionário Subcomandante Marcos, lançado em 2002, é muito cara aos movimentos sociais. No intuito de se opor às violências policiais, cotidianas e às tentativas de criminalização destes grupos de militância, ressignificar e se apropriar das palavras dando a elas contornos simbólicos é uma estratégia sociopolítica amplamente utilizada. Com a linguagem, que se dá não apenas pelo texto oral e escrito, mas também pelas ações, pelo estabelecimento de vínculos entre indivíduos e pelas relações imateriais tecidas no espaço vivido (BAITELLO JR., 1997), a forma de nomear os fenômenos comunicativos pode enfatizar processos de fortalecimento dos grupos sociais, demarcar posições políticas, dar visibilidade a questões primordiais para a militância e até mesmo revelar o seu viés histórico.

O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), por exemplo, apesar de seus membros terem feito aparições encapuzados e munidos de armas, jamais fizeram vítimas fatais³ ou atuaram como uma organização terrorista— Os zapatistas estão mais relacionados à autogestão e garantia de direitos dos povos indígenas do que a um esforço do grupo em dizimar os seus opositores.

Armas e soldados encapuzados são símbolos amplamente utilizados na cultura Ocidental, seja para vender filmes hollywoodianos, promover a indústria bélica ou a partir de atos coercitivos, impor a ideologia neoliberal – vide a guerra da Síria, agravada pelos interesses das empresas produtoras de armamentos e de extração de petróleo. Porém, quando estes mesmos elementos são apropriados (DOWNING, 2004) por

³ “A Justiça mexicana desistiu das acusações penais contra o subcomandante Marcos e 12 integrantes do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), segundo comunicado do Conselho da Magistratura Federal. Durante 21 anos, o líder zapatista foi indiciado por crimes como sedição, motim, rebelião, terrorismo, apologia ao crime e porte de armas de fogo de uso exclusivo do Exército”. FONTE: Sucomandante Marcos fica livre das acusações depois de 20 anos (24/02/2016). http://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/23/internacional/1456263326_246432.html. Acesso em 19/2/2016.

movimentos de contracultura, são considerados polêmicos e até mesmo agressivos, quando a sua carga simbólica não é compreendida.

De acordo com o professor Baitello Jr. (1997), para que as múltiplas funções das relações sociais sobrevivam, “é de fundamental importância que exista e também funcione perfeitamente o tecido comunicativo que une os indivíduos entre si, formando um amplo sistema de símbolos ordenadores”,

Uma vez que o comportamento já é linguagem, todas as suas formas de manifestação têm como função primordial a criação de vínculos entre indivíduos de uma mesma comunidade. Os vínculos somente são mantidos quando regularmente alimentados, seja pela repetição, seja pela inovação informacional. O suporte material, sensorial dos vínculos são os símbolos, criação das coletividades, não apenas humanas, mas também animais. Contudo a criação de símbolos – que por si já constitui uma atividade social de base, já que supõe um contrato arbitrado entre indivíduos – aliada ao princípio da ritmicidade, arbitra também a sincronização das atividades produtivas materiais e atividades simbólicas de uma sociedade (BAITELLO JR., 1997, p.99)

Isto é, o simbolismo que reside nas palavras e na repetição delas, na produção de significados, na ação social e nos elementos novos que ela apresenta nos faz assimilar visões de mundo, compartilhar ideias e também conceber com mais clareza como ocorrem os processos vinculativos dos coletivos de Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa que atuam nas periferias.

O exercício de se adjetivar o tipo de Comunicação realizada por estes coletivos que atuam no âmbito comunitário, nos faz refletir o sentido do “Popular” e do “Comunitário” – apesar de serem sentidos complementares – não podem ser confundidos em um contexto de resistência social⁴ e de marcação de posicionamento político.

Para John Downing, “o caráter dos movimentos sociais requer uma definição precisa; sobretudo porque como Cultura Popular, podem ser tanto reacionários, quanto construtivos” (p.71). Em seu livro “Mídia Radical” (2004), o autor defende que estas formas de Comunicação alternativas aos veículos catalisadores de grande audiência

⁴ De acordo com RODRIGUES E ALVIM (2016), “é preciso pensar as resistências como linhas ou vetores entrelaçados e, em certa medida, separados do poder. É preciso também sugerir que elas podem mudar diferindo de si mesmas, de forma ativa e afirmativa, possuidora de uma lógica e um movimento próprios que não acompanha mecânica ou dialeticamente as ações do poder” (p.108)

tiveram diversos usos ao longo da História – Assim como serviram ao empoderamento e à luta pela liberdade de atores sociais, também foram adotados, por exemplo, pelos neonazistas para difundir uma mensagem de ódio contra grupos étnico-raciais.

Para Tagle (2012), “La comunicación exige adjetivos” (p.338). Uma Comunicação desadjetivada, na visão do professor da Universidade Nacional de Córdoba, oculta sua natureza política, “Paulo Freire habló de educación ‘popular’ y no de “educación”, a secas, por este motivo. No existe ní educación ní comunicación por fuera dos conflitos y lucha de poder”, ressalta o pesquisador.

Já para Kaplún (2007), é preciso “historicizar outras vez as palavras, politizá-las de novo”, sobretudo expressões que foram apropriadas pelo pensamento neoliberal, a exemplo de “tecnologia”, “desenvolvimento”, “projetos” e “redes” (p.165).

O pensamento destes pesquisadores, que defendem a reapropriação dos termos pelos movimentos sociais e de grupos minoritários, nos inspira a insistir aqui na observação da Comunicação Popular como categoria viva – ainda mais porque é assim que o coletivo Tela Firme se define e embora não tenhamos aqui preferência por um termo ou outro entre a Comunicação Comunitária, Popular e Alternativa, apesar de reconhecer as suas nuances e as suas características, vamos adotar essencialmente a expressão pela qual o grupo se autoidentifica, isto é, se apresenta aos seu interlocutores.

No artigo “Um pouco do que já foi dito sobre Comunicação Popular e Comunitária”, de Claudia Gianotti (2016), há a defesa de que a ideia de Comunicação Popular reforça a ligação do processo comunicativo realizado por atores locais ao seu histórico de lutas sociais. E o nosso intuito neste trabalho é demonstrar como esta questão se manifesta e é apropriada a partir da experiência sócio-histórica de movimentos sociais atuantes no bairro da Terra Firme, em Belém (PA)⁵.

A Comunicação Comunitária: Resignificações

Uma das principais diferenças do “Comunitário” e do “Popular” no campo da Comunicação é que os estudos da Comunicação Comunitária foram incrementados e são constantemente atualizados por pesquisadoras como Raquel Paiva, Cicilia Peruzzo,

⁵ Este artigo é parte integrante da dissertação “A Comunicação Popular do Tela Firme: A comunicação como produção de vínculo no bairro da Terra Firme em Belém (PA)” (título provisório), da pesquisadora.

Denise Cogo, Márcia Vidal, entre outras e outros professores pesquisadores. Atualmente, se estuda bastante as relações comunitárias e as suas vinculações sociais a partir de grupos baseados em afetos, territórios imaginados, performances, pedais, comunidades que emergem a partir das redes digitais, coletivos de novas mídias e abordagens sociais, da dança, da cultura *fandom*, entre outros, mas, sobretudo, diz respeito a todos os agrupamentos caracterizados pela *organicidade ou afetividade* no seu processo de formação de convívio.

Já o “Popular” não teve a mesma sorte com o passar dos anos. Nos dias de hoje, ele aparece como sentido complementar ou apenas retórico, dando uma conotação mais genérica ao termo – exceto quando o trabalho de pesquisa em questão é declaradamente sobre a Comunicação Popular. Tem-se a idéia que o “Comunitário” é um termo mais abrangente e dá conta de explicar melhor as relações presentes em um determinado território, seja ele físico ou simbólico, além da expressão “Comunitária” estar mais diretamente ligada ao vínculo material e imaterial de partilha do comum, pela própria origem da palavra, que vem do latim *communitas*.

De acordo com Raquel Paiva (1998), a comunidade de uma maneira geral tem aparecido como “investida de um poder de resgate da solidariedade humana ou da organicidade social perdida” (p.11). Sobre a Comunicação Comunitária, a pesquisadora afirma que “ela passa necessariamente pela revisão do conceito de comunidade, bem como pela análise de inserção dessa estrutura na atualidade (p.26)

A autora explica ainda no “Dicionário da Comunicação” que a partir dos anos de 1970, começaram a se configurar os principais paradigmas teóricos que fundamentam a área. A partir das lutas dos movimentos sociais por direitos trabalhistas, à moradia e liberdade de expressão, a Igreja Católica assumiu uma posição de destaque através da União Cristã Brasileira da Comunicação Social (UCBC) criou cartilhas de e ministrou cursos de Comunicação Popular em bairros periféricos voltados para o manejo crítico de veículos comunitários como o rádio e o jornal.

Posteriormente, 10 anos mais tarde, a Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (Nomic) deu vida ao Projeto de Leitura Crítica da Comunicação, envolvendo os professores Paulo Freire, Ismar de Oliveira Soares, José Marques de Melo, entre outros. Neste auge, “dos debates que reuniram universidades, movimentos e irmandades religiosas, a comunicação comunitária chegou a figurar como disciplina

obrigatória de diversos cursos de bacharelado em Comunicação Social do Brasil” (p.48). Na visão da autora, a função social da Comunicação Comunitária pode ser definida como,

Muito importante. Primeiro porque como a mídia comercial se torna a cada dia mais globalizante e universalista, o tratamento dos assuntos passa a ser genérico, e nada específico. O local, o regional e o regional são só iluminados uma vez que se enquadrem em certos critérios de originalidade, repercussão, conflito, raridade. O surgimento de veículos a partir dos grupos comunitários tem caráter basicamente local, de abordagem temática relacionada ao particular, ao que interessa especificamente àquele grupo, e de conscientização da sua realidade. (PAIVA, 2003, p.56).

Isto é, a Comunicação Comunitária tem o potencial de fortalecer as relações de pertencimento entre seus membros e dão a eles o poder reivindicatório, focada na “melhoria de condição de vida do indivíduo” (PAIVA, 2003, p.56).

Na Sociologia, um dos primeiros autores a diferenciar o sentido de Comunidade e Sociedade foi Ferdinand Tönnies. Em sua obra, ele explica que a Comunidade precede a Sociedade, ao se basear em laços de parentesco, vizinhança, sobre associações de terra e de lugar, e ainda, amizades, de sentimentos de partilha e crença comum (*Gemeinschaft*). Já a Sociedade (*Gesellschaft*) seria um agregado artificial de seres humanos pontuado pelo estabelecimento de contratos implícitos e explícitos, relações funcionais, impessoais e de propósitos declarados (MIRANDA, 1995, p.178).

Entendemos que o texto de Tönnies não é capaz de explicar as complexas relações das comunidades e sociedades atuais, cujos sentidos, intenções e potencialidade das organizações sociais e comunais são transversais e por vezes se misturam, porém ele nos ajuda a compreender como estas dicotomias eram refletidas no passado.

Para Paiva (1998), o que se extrai da obra do autor não seria o sentido de separação total do que é a comunidade e a sociedade, mas sim “um caminho de redescritção das tentativas sociais de produzir comunicação a partir de uma experiência em comum, fora dos grandes circuitos do capital. Comunidade é, então, o que permite ao indivíduo e aos grupos vislumbrar a abertura para estender criativamente novas pontes sobre a dissociação humana” (p.10).

Observamos que a partir do final dos anos 80 no Brasil, quando os movimentos sociais e associação de bairros colhiam alguns frutos lançados durante a intensa

resistência contra a Ditadura Militar e avançavam em suas pautas firmando parcerias pontuais com o Estado pós-regime, precisaram encarar uma realidade totalmente diversa – a expansão de atividades ligadas ao tráfico de drogas, a precarização acentuada dos postos de trabalho que exigem menor escolaridade, o processo de gentrificação mais intensificado nestas localidades, a atuação das milícias e o consequente extermínio da juventude periférica, muitas vezes vítimas de violências policiais. De acordo Gianotti⁶,

Houve uma junção de fatores que levaram a um duplo constrangimento da ação política dos moradores de favela. De um lado, a ‘lógica das parcerias’ (...) em substituição da lógica de remoções pelas políticas de urbanização – O que contribuiu para a fragmentação da representação do movimento dos moradores de favela. Do outro lado, está o que a autora classifica como constrangimentos diários a levar uma ‘vida sob o cerco’, a que a população moradora das favelas cariocas se vê submetida, tanto pelo tráfico de drogas, quanto pela forte presença da polícia (GIANOTTI, 2016, p. 61)

Os fatos citados não inviabilizam a ideia de comunidade em um contexto de periferia, muito pelo contrário, como observamos, ainda há muitos arranjos sociais, iniciativas independentes, ações educativas, projetos culturais subsidiados pelo Estado ou não, que fazem uma tentativa de enfrentamento a esta parte perversa da realidade.

Com base nas autoras citadas, defendemos que uma Comunicação Comunitária é fundamental para a difusão dos valores de solidariedade, participação cidadã, Justiça Social e Direitos Humanos. Porém se empregarmos a expressão “Comunicação Comunitária” para nomear os coletivos de Comunicação oriundos e com forte atuação em movimentos sociais, presentes em bairros que apresentam uma longa história de lutas sociais, tendemos a ocultar o histórico de militâncias empreendido por estas populações, assim evidenciando apenas um de seus sentidos, que é a organização comunal e de solidariedade⁷.

⁶ A autora faz referência ao trabalho de Araújo Silva (2013), denominado “A transformação política na favela: Um estudo de caso sobre os agentes comunitários”. A base de estudo para esta pesquisa mencionada acima foi os fenômenos sociais da favela do Borel, no Rio de Janeiro. Consideramos, contudo, que o observado guarda semelhanças com o que se passou em outras localidades do país.

⁷ Sobre o assunto, Yamamoto destaca: “Se considerarmos que o popular implica mudanças estruturais na sociedade, deduzimos a meticulosidade de como esta palavra foi subsumida do comunitário. Porque popular, pelo menos na acepção que foi suprimida, designa participação, movimento, superação, inclusive das categorias que paralisam o seu modo de agir. Já comunitário, como solidariedade, pertencimento, afeto, calor de modo como vem sendo utilizado nos dias de hoje, não oferece qualquer risco ao sistema.

A Comunicação Popular: Uma autodenominação

A palavra Popular vem do grego *populus*, que significa “povo”. Como nos alerta Yamamoto (2007), atualmente o “popular”, no jornalismo, é associado a notícias policiais e a textos de teor sensacionalista (p.03), e em muitas conotações, pode estar ligado a falta de gosto estético ou aos costumes considerados essencialmente regionalistas e hiperlocais. Nos Estudos Culturais (que não é a abordagem deste trabalho), a expressão é imbricada com a Indústria Cultural e com o consumo massificado.

Mas é importante notar que as palavras não têm utilização definitiva, tampouco possuem patente e a autodenominação do coletivo e de outras redes de comunicadores que se apropriem do “Popular” o transforma em um *termo vivo* dentro das práticas comunicacionais de um determinado território, muito embora em uma perspectiva *stricto sensu*, a partir do que se discute no ambiente acadêmico, seja um estilo de Comunicação relacionado a movimentos formativos do passado.

A compreensão dos fenômenos à luz do marxismo por estes teóricos e pesquisadores são fundamentais para compreendermos o contexto das resistências de base popular até os dias de hoje. O que muda é, sobretudo, a noção de protagonismo dos atores sociais, agora muito mais sofisticada e descentralizada, ligada a uma cultura de autonomia⁸ e menos a hierarquias e comandos empreendidos por instâncias superiores. Para refletir atualmente os fenômenos de movimentos sociais mais recentes, talvez a idéia de comunidade orgânica seja mais apropriada que a de partido político, pelo menos quanto ao seu funcionamento, estrutura e ideais de atuação.

As organizações civis atualmente não buscam eleger lideranças, nem buscam se institucionalizar como forma de ganhar “legitimidade”. Porém, consideramos que assim como o “Comunitário” conseguiu se reinventar como expressão ligada a organicidade, aos vínculos sociais e aos grupos de base, o “Popular” também está passível a estas

Ademais, hoje, tudo é comunidade: Não existem mais classes antagônicas, mas grupos (variados) de oposição” (Yamamoto, 2007, p.08).

⁸ Na visão de Castells (2013), a cultura da autonomia é, atualmente, “a matriz cultural básica das sociedades contemporâneas. Os *movimentos sociais*, embora surjam do sofrimento das pessoas, são distintos de *movimento de protesto*. Eles são essencialmente movimentos culturais, que conectam as demandas de hoje com os projetos de amanhã (...) É por isso que, embora ainda exigindo medidas terapêuticas para as atuais misérias de um amplo segmento da população, os movimentos, como atores coletivos, não confiam nas instituições atuais e se envolvem no caminho incerto de criar novas formas de convivência, na busca de um novo contrato social” (p.171, 2013).

reinterpretações, reapropriações e ressignificações. Gianotti (20016) conceitua o que é Comunicação Popular da seguinte forma,

A Comunicação Popular é a comunicação produzida pelo povo e para o povo (...) Ela é a porta-voz dos interesses da comunidade em que está inserida e também ajuda a comunidade a se organizar em torno dos seus problemas (...) Falando em uma linguagem mais elaborada do ponto de vista da Comunicação Social, na Comunicação Popular o público destinatário é também emissor. Ou seja, a Comunicação Popular é uma tarefa militante de mobilização através da criação de veículos próprios que não são controlados pela burguesia ou pelos governos” (GIANOTTI, 2015, p.24)

Para Rozinaldo Mianni (2011), a modificação das palavras muitas vezes se justifica como recurso estilístico, para evitar a repetição no texto, porém, o problema é o desconhecimento da palavra como signo e o desconhecimento da sua natureza histórica e ideológica,

Considerando essa definição de comunicação popular, acreditamos não ser possível a simples transposição desta compreensão como elaboração pertinente ao conceito de comunicação comunitária. Essa “operação ideológica” de substituir a expressão “comunicação popular” por “comunicação comunitária” se revela uma prática simplificadora que tem levado a uma despolitização da comunicação popular e a uma desconfiguração das reais contribuições que as práticas de comunicação comunitária podem oferecer no contexto das lutas sociopolíticas e da disputa pela hegemonia no campo da comunicação (MIANNI, 2011, p. 223).

Entendemos a posição do autor como uma provocação, pois discordamos que esta substituição seja sempre simplificadora ou apolítica – porém, o fragmento acima nos faz refletir a respeito da usabilidade e aplicação dos conceitos. Será que o termo Comunicação Popular não vem sendo invisibilizado em determinados cenários midiáticos? Como citamos, no caso de nosso objeto de pesquisa, há a autodescrição a partir desta expressão e por isso resolvemos adotá-la com maior frequência.

Nos dias de hoje, se reconhece que uma parte desses coletivos de Comunicação Comunitária, Popular e Alternativa não pretende mais ser hegemônico no sentido de se institucionalizar, de atuar como uma organização com hierarquias internas e metas a cumprir, tampouco a de assumir uma posição de fala que necessariamente circunscreva outros grupos tidos como minoritários.

Há aspectos positivos e negativos nesta mudança de perspectiva – A institucionalização garante a dedicação exclusiva e a ampliação das atividades deste grupo, assim como o aprimoramento profissional dos envolvidos e aumento da sua credibilidade junto ao grande público. Por outro, funcionar a partir de uma estrutura rígida de prestação de contas, prazos e relatórios aos parceiros ou patrocinadores pode acabar por retirar a autonomia do coletivo e assim fazer com o que ele perca o seu propósito inicial de fazer uma abordagem comunicacional diferenciada, além de torná-lo dependentes dos recursos financeiros e mais burocratizados, atrelando assim a sua atuação a estes procedimentos.

Dentro deste universo de possibilidades, é inviável definir o que melhor ou pior poderia acontecer a um destes coletivos, se é a independência ou uma ação mais sistematizada – É importante analisar caso a caso. Tudo depende da sua trajetória histórica, necessidades, estratégias, propósitos e principalmente, da sua capacidade de se articular socialmente sem perder a autonomia e a oportunidade de protagonizar a sua fala e apresentar as suas narrativas.

Terra Firme: Histórias de luta por habitação

Ao contar a história do bairro da Terra Firme, é improvável que a luta pela moradia não ganhe destaque. Fundada em cima de áreas alagadas e em meio a um imbróglgio jurídico a respeito da titularidade das terras, muitas manifestações, marchas e ocupações políticas foram realizadas até que parte dos moradores pudesse obter a escritura de suas residências e deixarem de serem vistos como “invasores” pela sociedade e pelo discurso da grande mídia local.

O Brasil sempre foi marcado pela grande concentração de terras, bens materiais, poder político e econômico nas mãos de poucas famílias⁹. Em Belém, ocorreu da mesma forma – Até o ano de 1930, “mais da metade de Belém, estava nas mãos de quatro famílias” (Rocque apud Alves, 2010, p.53),

⁹ Consideramos aqui que esta superconcentração de poder político e econômico ainda permanece, porém segue por caminhos mais sutis, como por exemplo, ao observamos que metade da Câmara dos Deputados é oriunda de “famílias tradicionais” na política. FONTE: “Herdeiros de políticos ocupam metade da Câmara”. <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/herdeiros-de-politicos-ocupam-metade-da-camara/>. Acesso em 17/11/2016.

Como as tensões persistiam, logo após sua posse em novembro de 1930, o capitão interventor Magalhães Barata, a fim de ‘chamar para si o velho problema’ do conflito entre proprietários e moradores dos latifúndios monta uma comissão para estudar o problema da legalização (com os representantes dos proprietários e dos arrendatários). E depois de ouvir as partes, toma a decisão inesperada de desapropriar as terras, sem qualquer indenização ‘para isso, extinguiu pelo Comisso, todos os contratos de enfiteuse relativo, não só os três já citados (dos Lobos e dos Guimarães), como também um outro latifúndio tão grande quanto os antecessores’, (ALVES, 2010, p. 52)

E com esta decisão do interventor, foram criados em Belém os bairros Telégrafo, Pedreira, Marco, Matinha e Canudos. Fontes orais e informativas¹⁰ dão conta que o grande terreno que daria origem a Terra Firme pertencia à família Acatauassú Nunes. Quando a área começou a ser ocupada pelos posseiros de forma mais intensa, o terreno já pertencia a Universidade Federal do Pará (UFPA), dando início a um longo conflito entre os moradores do terreno e as três esferas de governo – municipal, estadual e federal.

A partir de 1975, surgiram conflitos pela posse de terra, num momento em que os movimentos sociais no Brasil demonstravam sua insatisfação com o modelo de governabilidade dos militares no poder (...) o governo do Estado estava nas mãos do coronel Alacid Nunes. Levando em consideração o momento de repressão em que se vivia, o acesso da população mais pobre aos órgãos governamentais era bastante restrito. A configuração violenta e repressora da gestão em relação às manifestações populares, principalmente quando o assunto a ser tratado envolvia questões fundiárias, ou seja, as ocupações de terra denominadas atualmente de baixadas, que no século anterior, haviam sido distribuídas para as famílias das áreas altas, através das Leis de Concessões (...) As ocupações coletivas, que neste momento começam a se intensificar eram reprimidas violentamente pelo poder público. As famílias eram expulsas, as casas derrubadas, as pessoas presas e fichadas criminalmente (ALVES, p.56 e 57)

Durante todo este tempo até o início dos anos 90, a água encanada não era um serviço universalizado no bairro. Em fontes jornalísticas, como em matéria publicada pelo jornal O Liberal, o morador Luís Guilherme das Neves declarava: “Em 25 anos,

¹⁰ Observamos esta ocorrência em duas fontes pesquisadas – No vídeo Terra Firme (11m42s), do coletivo de Comunicação Popular Tela Firme (2014) e no periódico da biblioteca Arthur Viana, “Conheça seu bairro” (1991).

nunca tomei um banho de chuveiro”¹¹. Na pesquisa científica realizada por Edivânia Alves (2010), utilizando como fonte o jornal de Comunicação Popular O Igarapé ¹², em 2002, verificava-se que na área do Tucunduba¹³, bacia que corta a Terra Firme,

40% dos oriundos do movimento migratório do interior do estado são ribeirinhos¹⁴, enquanto 9% são advindos de outros estados; 57% não está trabalhando e quase metade não alcança a renda de 2 salários mínimos; os problemas tidos como os mais graves são – Violência e falta de segurança; drogas; desemprego; saneamento básico; falta de abastecimento de água. (ALVES, p. 106)

Isto é, observamos que o Movimento pela Titulação e Urbanização da Área do Tucunduba – MOTUAT (1987-1994) é formado em um contexto de luta pela melhoria das condições de vida da população. O movimento, devido a sua grande capacidade de articulação e projeção, conseguiu atrair os deputados estaduais¹⁵ para atuarem na comunidade, e assim houve divisões ideológicas, pois para algumas lideranças e moradores, os políticos queriam apenas se promover na causa e assumir um protagonismo que não era deles para ganhar votos no bairro¹⁶.

¹¹ Clipping de jornal disponível na Biblioteca Pública Atrhur Vianna (Belém, PA). Em função da péssima conservação do acervo mantido pelo Governo do Estado do Pará, não foi possível identificar a data exata de publicação da reportagem.

¹² Jornal do bairro da Terra Firme que circulou no início dos anos 2000, com o número de edições desconhecido, empreendido em parceria com os moradores do bairro e o Projeto Sócio-Educacional Integrado – PROSEI. FONTE: (Alves, 2010, p.105)

¹³ A área da Bacia do Tucunduba é uma região que engloba os bairros Universitário, Terra Firme, Guamá, Canudos e Marco, e é onde residem cerca de 160 mil pessoas (ALVES, 2010). Diversas ações sociais e de resistência tomam como referência esta área em vez do território de bairros específicos. Isto acontece porque a população mais pobre da cidade está concentrada nesta região, considerada “de baixada”.

¹⁴ População que vive às margens dos rios da Amazônia Legal.

¹⁵ Este período de grande articulação política foi também período de grandes rachas entre os moradores do bairro e as lideranças comunitárias, pois havia o entendimento que estes políticos tinham o objetivo apenas de se promover através da necessidade que as pessoas tinham de ter o título de suas moradias. Não apenas os deputados estaduais como também o governador do Estado, Jader Barbalho, que teve uma polêmica atuação no bairro. Sobre o assunto Alves (2010) relata: “Jader contribuiu para o surgimento da Federação Metropolitana de Centros Comunitários e Associação de Moradores de Moradores – FEMECAM, em 1985, cujas principais lideranças tiveram origem na CBB (Central de Bairros de Belém). A FEMECAM funcionava como correia de transmissão da política governista, abonando os programas sociais levados a cabo pela primeira dama do Estado, Elcione Barbalho. Tais programas de caráter assistencialista, não objetivavam alterar o ciclo do empobrecimento da população paraense, pois não rompiam com o modelo de desenvolvimento imposto à região pelo governo federal, principalmente através dos financiamentos patrocinados pela SUDAM a grandes empresas de exploração agropecuária. O que se via era a distribuição de cestas básicas, cadeiras de roda, entre outros”. (ALVES, 2010, p.58).

¹⁶ “A alienação das terras da UFPA não foi nenhuma dádiva de governos ou instituições. Fizemos três passeatas até a Universidade com mais de quatro mil pessoas, atos públicos e fomos à Brasília entregar a nossa proposta de decreto” (José Flávio, liderança comunitária do MOTUAT, apud Alves, 2010).

De todo o modo, a garantia de direitos ocorreu principalmente por conta das mobilizações de cunho popular, que envolveu a ocupação da reitoria da UFPA e ainda uma ida a Brasília de alguns representantes do MOTUAT, que conseguiram ainda a instalação de um escritório jurídico amparado pela Universidade para mediar os processos de regularização das propriedades,

Em todo o processo de luta pela regularização, um verdadeiro jogo de empurra-empurra, troca de acusações e negligência ocorreu entre a Universidade e órgãos da Prefeitura e do Governo do Estado, principalmente a Codem e a Cohab no que se refere à execução do cadastramento de famílias para a expedição dos títulos de propriedade definitiva e mapeamento das áreas de remanejamento (...) Diante da morosidade e do impasse estabelecido entre a UFPA na solução da questão, a comissão da área do Tucunduba realiza um ato público no hall da reitoria para responsabilizar a Universidade pela situação existente e cobrava um posicionamento da mesma perante o conflitos e o andamento do processo de titulação (...) Diversos panfletos, atas e documentos avulsos do Movimento, além das entrevistas com as lideranças avaliaram como positivo o saldo resultante desta ação de ocupação da reitoria, visto que após o ato público, reuniu-se um grupo de trabalho formado pela UFPA, Defensoria Pública e entidades organizadas com a atribuição de resolver a questão por meio de algumas tarefas como – a elaboração de um memorial, a realização de um cadastro geral dos moradores e a instalação do escritório jurídico na área. (ALVES, 2010, p.112 e 113)

Neste processo de luta por moradia e garantia de direitos que começou antigamente e perdura até os dias de hoje, observamos que os Movimentos Sociais atuantes e as mobilizações sociais realizadas no bairro se misturam com as ações de Comunicação Popular – Grito dos Excluídos da Terra Firme¹⁷, uma diversidade de jornais e publicações realizadas pelos moradores durante este processo¹⁸, além de documentários que se perderam no tempo¹⁹, foram algumas das iniciativas empreendidas pelos moradores como veículo de mobilização social e muitas delas

¹⁷ Na visão da Alves (2010), as duas primeiras edições do Grito da Terra Firme (1993-1994), que reuniu cerca de 5 mil pessoas, foram “momento-marco da trajetória da história social deste bairro, com suas repercussões para a comunidade local e para o poder público, em particular vereadores e deputados, com o objetivo de analisar as possíveis tentativas de apropriação da luta por políticos e partidos” (p.42).

¹⁸ Alguns destes jornais populares e de bairro identificados por Alves (2010) – A Voz da CCB (1987), O Tucunduba (1989), O Igarapé (2002). Os jornais tiveram a vida muito curta, não ultrapassando 5 edições. Apenas O Tucunduba foi reativado em 2011, em uma versão online, e atualmente a página encontra-se desatualizada.

¹⁹ Em sua pesquisa historiográfica, Alves (2010) identifica que pelo menos duas produções audiovisuais em linguagem documental foram realizadas para divulgar as ações do MOTUAT - o 1º Grito da Terra Firme (1993) e da Agenda XXI na Bacia do Tucunduba (1999). Os acervos foram adquiridos pelo Instituto Universidade Popular (UNIPOP), e pela falta de recursos para garantir a sua manutenção e acesso do público, se encontram em péssimo estado de conservação.

foram desaparecendo, reaparecendo e se reinventando em diversos momentos históricos.

O desaparecimento do Motuat da cena cidadina não implica em uma derrota pelos movimentos de luta pela moradia atuantes na bacia do Tucunduba. Ao contrário, representa o desenvolvimento de novas formas de organização e atuação que expressam um elevado patamar de acúmulo político resultante das experiências realizadas em conjunturas específicas. Com a assinatura do decreto presidencial em 1991²⁰, autorizando a universidade a realizar a alienação dos terrenos, uma nova etapa sociopolítica se inicia para os moradores da área e as entidades atuantes que voltaram suas baterias para os poderes públicos estadual e principalmente municipal, para assegurar mais que infraestrutura básica, mas sim projetos que possam resolver definitivamente os problemas de alagamento e saneamento em toda a extensão da bacia do Tucunduba (p. 127)

Apesar de observarmos que durante os anos 80-90 era muito comum a cobertura jornalística dos veículos comerciais de mídia sobre a luta por moradia e ações sociais presentes no bairro, muito por conta da redemocratização – que trouxe um tom mais apaziguador e comprometido por parte da grande mídia e seus departamentos de jornalismo – atualmente consideramos que neste momento histórico em que vivemos que não é mais possível ocupar estes espaços da mesma forma que outrora.

²⁰ Em 11 de dezembro de 1991, o então presidente Fernando Collor decretou a alienação de terras da Universidade Federal do Pará(UFPA) em favor dos ocupantes (Alves, 2010, p.123).



FIGURA 1 –Reprodução do Jornal “A voz da CCB”, de 1987 (Alves, 2010, p.50)

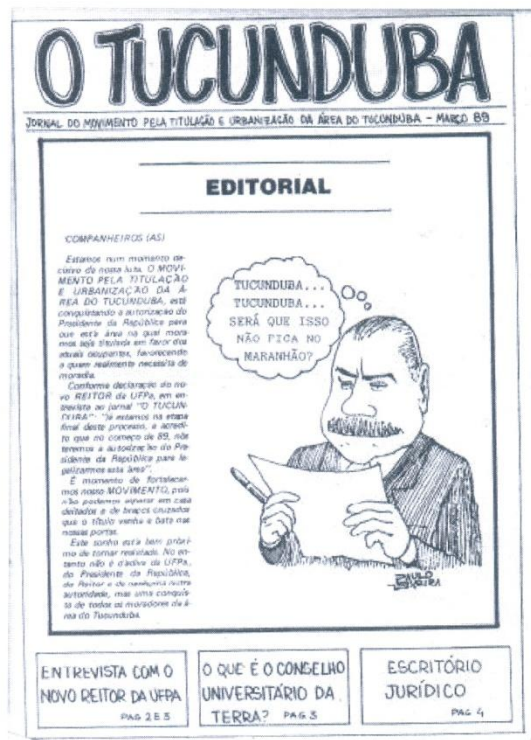


FIGURA 2 – Primeira edição do jornal “O Tucunduba”, de 1989 (Alves, 2010, p.117)

Neste contexto, consideramos que os movimentos sociais dispõem de seus próprios meios de Comunicação a fim de dar vazão a pautas, narrativas e representações mais compatíveis com a mensagem que se tenta transmitir, é algo cada vez mais necessário. Com isto, não consideramos que o diálogo com os meios de comunicação comerciais não seja possível ou deva ser descartado, porém defendemos que a comunicação dos movimentos sociais deva assumir outros focos e outras prioridades, de investir em formas de comunicação independentes do espaço que os veículos de mídia pontualmente cedem.

Movimentos Sociais: Enfrentamento à criminalização

Outro desafio que precisa ser enfrentado é a constante criminalização dos movimentos sociais. Esta é uma estratégia que sempre esteve presente em diversos momentos históricos, porém, com esta guinada conservadora no Brasil²¹, ela tende a se

²¹ De acordo com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), o Congresso Nacional eleito nas últimas eleições, em 2014, é o mais conservador desde 1964, ocasião em que o país sofreu o golpe militar. FONTE: <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>. Acesso em 16/03/2017.

intensificar, porque a cada semana nós temos uma nova surpresa – Na esfera das arbitrariedades atuais da Polícia no sentido de atacar movimentos sociais, por exemplo, destacamos a invasão da PM à escola Florestan Fernandes²², mantida pelo Movimento Sem-Terra (MST) e as prisões do comunicador Rene Silva²³, do jornal Voz da Comunidade, do fotógrafo e mídia ativista Renato Moura, em outubro de 2016, e a prisão do ativista Guilherme Boulos, idealizador do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) em janeiro de 2017, apenas para citar três exemplos recentes.

Sobre os ataques a liberdade de expressão e de livre manifestação, o ativista Raul Santiago, do coletivo Papo Reto²⁴(RJ), avalia que o momento é delicado,

É terrível o que está acontecendo com os movimentos hoje porque vende-se um discurso de que quando você fala contra algo que as pessoas que não moram na rua vivem, por exemplo, a violência policial, quando você questiona uma abordagem arbitrária da polícia, o contradiscurso vem dizer “ah você é a favor de traficante”. E isso é muito baixo, muito raso, a gente questiona porque quer construir uma coisa melhor de fato. E há no Brasil, não apenas na favela, mas no campo atual político, do que a gente vive, a criminalização dos movimentos sociais a partir de você não poder expor a sua opinião, não poder se mobilizar e eu vejo isso como um retrocesso muito grande e a gente deve se unir, todos os tipo de comunicadores independentes, os projetos sociais, por mais que um ou outro talvez não se encontrem na linha de atuação, a gente deve botar esse problema da criminalização dos movimentos sociais acima de qualquer diferença que a gente possa ter, porque é algo que impacta diretamente no trabalho que cada um desenvolve” (SANTIAGO, 2016)

E é sobre estas possibilidades de interseção, de misturas, de articulações que se dão no território que facilitam a irrigação dos vínculos, que gostaríamos de promover um reflexão.

²² Invasão ocorrida no dia 4 de novembro de 2016. FONTE: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/policia-invade-escola-do-MST-no-interior-de-SP>. Acesso em 17/11/2016.

²³ A prisão da equipe, que cobria as remoções de famílias da Favelinha da Skol, no Complexo do Alemão, foi realizada no dia 10 de outubro de 2016 pela Polícia Militar do Rio de Janeiro. A instituição alegou a “desobediência” dos ativistas para efetuar a prisão. FONTE: <http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2016-10/rene-silva-e-liberado-apos-depoimento-e-relata-prisao-por-meio-de-rede-social>. Acesso em 17/11/2016.

²⁴ Coletivo de Comunicação Popular do Rio de Janeiro, com atuação no Complexo do Alemão, com forte atuação em coberturas que envolvem o abuso de autoridade policial. Raul Santiago, um dos integrantes do grupo, foi convidado a falar na ONU em 2015 sobre as estratégias de auto-representação no combate ao racismo no Brasil.

Até aqui, discutimos o conceito de Comunicação Comunitária e de Comunicação Popular, associamos ao histórico de mobilizações do bairro da Terra Firme e mostramos algumas experiências que reforçam que neste caso que apresentamos, a Comunicação Popular é “a comunicação produzida pelo povo e para o povo” (Gianotti, 2016). Isto é, podemos classificar sem problemas de entendimento as ações destes grupos e coletivos como Comunicação Comunitária, porém, conforme o sentido político e simbólico que o coletivo em questão adota, de forma a valorizar as formas de articulação social que precederam os fenômenos de hoje, preferimos nomear as iniciativas comunicacionais do bairro de Comunicação Popular e Comunitária, principalmente por conta desta carga histórica que o território carrega inclusive no interior de suas narrativas contemporâneas.

Como observamos, a Comunicação Popular é um fenômeno de base, é dotada de historicidade e tem um apelo intergeracional – isto é, a sua continuidade depende do reconhecimento da história de lutas sociais entre as gerações de moradores, a partir de narrativas, registros e trocas de informações. Para Castells (2013), “Quanto mais ideias são geradas dentro do movimento, com base na experiência dos participantes, mais representativo, mais entusiástico e esperançoso ele será” (p.24).

Daí a importância de se conceber também a atuação dos Movimentos Sociais e da Comunicação Popular também como um processo histórico, e que se constrói ao longo do tempo – isto é, embora as soluções às vezes exijam resposta rápida e instantânea de seus participantes o caráter dos agrupamentos não é imediatista e a sua construção se dá de forma mais contundente com o passar dos anos. Como nos lembra Gohn (2014), sempre há um substrato, um legado do passado que se traduz em memórias e aprendizados, que em dadas ocasiões reaparecem, se articulam com os fatos de presente, com o intuito de reinterpretar as mobilizações do passado sob um olhar contemporâneo (p.27 e 28).

Não podemos perder de vista também, e talvez isto seja o mais importante, verificar como cada coletivo prefere ser reconhecido, principalmente em respeito a intelectualidade das pessoas que conceberam o conceito, que planejam as ações e constroem a sua imagem externa. O coletivo Tela Firme, por exemplo, se classifica como Comunicação Popular. Já o coletivo Papo Reto, prefere ser nomeado como “mídia de guerrilha”. E, embora a corrente de pensamento que adotamos na pesquisa analise a

Mídia e os seus arcabouços de difusão com viés críticos e céticos em relação aos seus benefícios, não há nada de errado com o grupo se apropriar deste termo com a finalidade de demarcar posição na disputa pelos espaços midiáticos.

Decretar a eficácia ou ineficácia da ação destes núcleos sem avaliar os seus propósitos e razões de existir é se precipitar, pois hoje, como já mostramos na revisão bibliográfica, eles atuam mais como multiplicadores, do que como lideranças portadoras de um discurso totalitarizante que devem ser impreterivelmente seguidas.

Com base nestes referenciais ancorados em um tempo passado, no qual as consequências ainda são presentes, as práticas comunicacionais são apropriadas, repensadas e passíveis de atualização. E é neste contexto que o “Popular” também é ressignificado: Como um fluxo iniciado pelos que lutaram por direitos antes de nós, mas, a saber – que esta luta nos atravessa.

Referências

ALVES, Edivânia Santos. **Marchas e contramarchas na luta pela moradia na Terra Firme (1979-1994)**. Belém, PA: Universidade Federal do Pará, 2010.

_____. **Terra Firme, da emergência pelo direito a terra aos projetos de cidade: história de sonhos e lutas**. Belém, PA: Universidade Federal do Pará, 2006.

BAITELLO JR, Norval. **O animal que parou os relógios: Ensaio sobre comunicação, cultura e mídia**. São Paulo: Annablume, 1997.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos sociais na era da internet**. Zahar: Rio de Janeiro, 2013.

DOWNING, John D. H. **Mídia Radical: Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Editora Senac, 2004.

GIANOTTI, Cláudia Santiago. **Experiências em comunicação popular no Rio de Janeiro ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Núcleo Piratininga de Comunicação/Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

MIANI, Rozinaldo Antônio. Os pressupostos teóricos-ideológicos da comunicação popular e comunitária. UFRGS: **Revista Intexto**, Porto Alegre, v.02, n.25, p. 221-233, dez. 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/intexto/article/viewFile/16547/14492>. Acesso em 17/11/2016.

MIRANDA, Orlando (org.). **Para ler Ferninand Tonnies**. São Paulo: Edusp, 1995.

PAIVA, Raquel. **O Espírito Comum: Comunidade, Mídia e Globalismo**. Mauad: Rio de Janeiro, 2003.

_____. (org.). **O Retorno da Comunidade**. Mauad X: Rio de Janeiro, 2007.

_____. Comunicação Comunitária. In: **Dicionário de Comunicação**. São Paulo: Editora Contexto, 2014. p.43-53

RODRIGUES, Alexandro; Alvim, Davis Moreira. **Como cartografar resistências?** Apontamentos sobre contradispositivo e criação. Disponível em http://uninomade.net/wp-content/files_mf/147097436400Como%20cartografar%20resist%C3%A2ncias,%20apontamentos%20sobre%20contradispositivo%20e%20cria%C3%A7%C3%A3o%20-%20Alexsandro%20Rodrigues%20e%20Davis%20Moreira%20Alvim.pdf. Acesso em 17/11/2016.

TAGLE, Sérgio. Palabras de um poder emergente: Comunicación, movimientos populares y construcción política alternativa. In: COGO, Denise, KAPLÚN, Gabriel, PERUZZO, Cicilia K. (orgs.). **Comunicação e Movimentos Populares: Quais Redes?** São Leopoldo: Ed. Unisinos – Universidade do Vale do Rio dos Sinos: La Habana: Centro Memorial Dr. Martin Luther King Jr.; Montevideo: Ciências de la Comunicación. Universidad de La República, 2002.

YAMAMOTO, Eduardo Yuji. **Contribuições de Nietzsche e Foucault para as pesquisas em Comunicação Popular: Um projeto genealógico**. São Paulo: 2007. Disponível em http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/e/eb/GT3-_20-_Contribuicoes_de_Nietzsche-_Eduardo.pdf. Acesso em 19/11/2017.

164

Materiais audiovisuais

PARADOXOS, Paixões e Terra Firme. Direção: Adriano Barroso. Belém, 2016. Macieira Filmes. (1h10m04s)

RAULL SANTIAGO do Coletivo Papo Reto conta da intimidação da PM no complexo da Maré. Direção: Pós-tv. Rio de Janeiro, 2016. (3m34s)

TERRA Firme. Direção: Maílson Souza/Coletivo Tela Firme. Belém, 2014. (11m42s) Coletivo Papo Reto.

Imagens

FIGURA 1 E 2 - ALVES, Edivânia Santos. **Marchas e contramarchas na luta pela moradia na Terra Firme (1979-1994)**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2010. P. 50 e p. 117.